

O avesso do poder político: capitais, redes e estratégias



Yasmim Kananda¹

RESENHA: CANÊDO, Letícia Bicalho. *Transmissão familiar do poder político*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2024.

Letícia Bicalho Canêdo nasceu em 1942, na cidade de Muriaé, situada na Zona da Mata de Minas Gerais. Professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), iniciou sua trajetória acadêmica pesquisando o sindicalismo bancário, mas consolidou sua carreira ao investigar as transformações das elites políticas e dos grupos dirigentes no Brasil.

Publicado em 2024, *Transmissão familiar do poder político* reúne uma seleção de artigos produzidos ao longo de duas décadas de sua trajetória intelectual, escritos e divulgados entre 1998 e 2018 em revistas e livros no Brasil e na França. A coletânea é precedida por uma introdução em que a autora explicita os questionamentos e escolhas que orientaram seu percurso na investigação sobre famílias políticas, temática que, além de acadêmica, também lhe é familiar em termos biográficos, dado seu pertencimento à elite política de Minas Gerais. Discute-se, num primeiro momento, o esforço de objetivação empreendido pela autora ao se dedicar a um campo cuja aproximação se dá também pela própria experiência vivida. Em um segundo momento, são apresentados seis artigos que têm como foco a

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail: yasmim.kananda@unifesp.br.

análise dos mecanismos de transmissão familiar do poder político. Tendo em vista essa estrutura, abordaremos as questões centrais discutidas pela autora na introdução, de caráter autoanalítico, para então nos determos nas principais problemáticas tratadas ao longo dos seis artigos que compõem a coletânea.

A partir de seus primeiros relatos pessoais, emergem também as primeiras reflexões sobre a transmissão familiar do poder político. As histórias narradas por seu pai já traziam figuras notáveis da história nacional, como Afonso Pena — conselheiro do Império e sexto presidente da República (1906-1909) —, que foi casado com uma de suas tias. Essas conexões, transmitidas entre gerações, evidenciam a força dos laços históricos que se manifestam em gestos aparentemente cotidianos, como hospedar um parente distante ou apresentar um sobrinho à pessoa certa para encaminhá-lo profissionalmente.

A autora identifica, nesse circuito de trocas recíprocas, a base de sustentação do poder local exercido por grupos políticos em Minas Gerais, uma vez que a solidariedade familiar atua como elemento estratégico na manutenção das relações de clientela, aspecto fundamental para grupos cujo capital político se sobrepõe à herança econômica. É justamente essa solidariedade familiar que possibilita que Letícia Canêdo deixe sua cidade natal para cursar História na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. O início de sua trajetória acadêmica foi marcado pelo estudo do sindicalismo bancário, tanto no mestrado em História Econômica quanto no doutorado em Ciências Humanas, ambos realizados na Universidade de São Paulo (USP) sob orientação do professor Uacury Ribeiro de Assis Bastos e do professor Leônicio Martins Rodrigues, respectivamente.

Foram duas as esferas que aproximaram Canêdo dos temas que orientariam seus trabalhos futuros: uma profissional e outra pessoal. A primeira ocorreu após a defesa de sua tese, quando atuou como professora no Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Faculdade de Educação da Unicamp, experiência que lhe deu acesso a leituras — como as de Pierre Bourdieu — e possibilitou refletir sobre a reprodução das estruturas sociais, ancorada nas instituições e na transmissão dos recursos acumulados. A segunda esfera decorreu de um grave acidente sofrido em 1985, ocasião em que redes de Minas Gerais e de São Paulo se mobilizaram para garantir sua sobrevivência. O episódio suscitou reflexões sobre a profundidade das relações pessoais e sobre os recursos sociais que tais redes eram capazes de acionar e distribuir. Foi, então, desse entrelaçamento entre vivências

pessoais e inquietações acadêmicas que emergiram os questionamentos que levariam Letícia Canêdo a direcionar suas próximas pesquisas para as redes familiares de Minas Gerais, tendo como ponto de partida a genealogia de sua própria família.

O capítulo que abre esse volume, intitulado “Um capital político multiplicado no trabalho genealógico”, resulta de um projeto de pesquisa sobre a acumulação do capital político familiar em Minas Gerais, com base na análise de uma genealogia construída por Waldemar Alves Pequeno (1970), cuja publicação seu pai chamava de “livro de família” (p. 100). Canêdo demonstra, então, que a genealogia não é apenas um registro de dados familiares, mas um instrumento de legitimação, que projeta no presente uma narrativa de continuidade e prestígio. A centralidade da burocracia estatal, as dinâmicas do coronelismo e o papel estratégico atribuído às mulheres — ora como trunfos matrimoniais, ora como guardiãs da memória familiar — evidenciam uma lógica patriarcal de gestão dos recursos simbólicos e políticos. Ao inscrever os “descendentes úteis” numa linhagem cuidadosamente construída, a genealogia atua, portanto, como dispositivo de consagração de determinadas trajetórias, consolidando o poder político familiar como herança e projeto.

Se, no primeiro capítulo, entendemos como o capital político se constrói e se legitima ao longo das gerações, o segundo nos leva para dentro do cotidiano dessas famílias, revelando como ritos e cerimônias familiares são o palco onde se reforçam as práticas políticas que, muitas vezes, escapam ao olhar das análises tradicionais da democracia representativa. Dessa forma, o segundo capítulo, intitulado “Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política”, revela o papel das práticas políticas “oficiais”, como enterros e festividades locais, na manutenção da coesão familiar e no fortalecimento do capital político herdado, evidenciando a dimensão simbólica da política mineira para além das instituições oficiais.

Nesse contexto é que a autora analisa duas cerimônias realizadas em Muriaé (MG), um enterro e uma festa cívica local. A cerimônia do enterro, ocorrida no cemitério da cidade, evidencia como a coesão e a manutenção da solidariedade familiar operam como mecanismos de consagração na reprodução do capital político. O episódio gira em torno da morte do “primo Augusto” em 1992, descendente, pelo lado paterno, de importantes figuras históricas, como o Marquês de Paraná e Afonso Pena, e de grandes proprietários de terra, pelo lado materno. Diante da intenção do filho de enterrá-lo no “cemitério de cima”, rompe-se com a tradição familiar paterna, que sepultava os membros no “cemitério de

baixo”. Afonso, primo de terceiro grau de Augusto, aos 89 anos, intervém e convence o filho de Augusto a manter o rito familiar, argumentando que, caso contrário, a posição social de Augusto não seria reconhecida.

A disputa pelo local do sepultamento mobiliza o passado familiar como forma de reafirmar o pertencimento e o prestígio da linhagem, convertendo a memória em ativo político num momento de vulnerabilidade simbólica para o grupo. Já a celebração do Dia do Muriaense, embora oficialmente instituída, ativa narrativas e memórias em torno de um antigo prefeito da família Canêdo, reforçando sua centralidade representativa na política local. No entanto, a família, sozinha, não sustenta a reprodução de seus membros no campo político. Para isso, precisa não apenas manter viva sua própria memória — como no ritual do enterro —, mas também mobilizar a memória coletiva da população, preparando o terreno de prestígio para o ritual decisivo das eleições.

Nessa etapa em que os indivíduos já se encontram eleitos e inseridos nas instituições políticas, o livro avança para uma nova dimensão de análise. No terceiro e quarto capítulos, com efeito, a autora concentra sua atenção nos políticos brasileiros que ocuparam posições de destaque no Parlamento e no Executivo em dois períodos de reestruturação do espaço político brasileiro (1945-1964 e 1984-2002). Seu objetivo é analisar os recursos sociais e o tipo de conhecimento escolar mobilizados por esses atores, avaliando-os à luz das chances desiguais que lhes foram oferecidas para iniciar, atuar e permanecer no campo instável da política.

O terceiro capítulo, intitulado “Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)”, parte de uma reinterpretação da família como categoria da prática política. Nesse enquadramento, a análise recai sobre o papel que a família desempenha na acumulação de capital político em Minas Gerais sob três formas: (1) o trabalho de mobilização dos laços familiares, frequentemente conduzido pelas mulheres; (2) o processo de socialização política, voltado à aquisição de disposições fundamentais para atuar em uma atividade marcada pelo risco e pela necessidade de tempo para acumular capital; e (3) o trabalho de representação simbólica, expressa tanto na demonstração de seu poder social e político quanto na preservação e legitimação de seu patrimônio coletivo. Com base nessa perspectiva, Canêdo constrói um panorama comparativo entre os laços familiares e outros vínculos acionados

na disputa política. Para tanto, analisa a trajetória de 22 políticos bem-sucedidos em suas carreiras, sendo 11 oriundos de Minas Gerais e 11 de São Paulo.

No capítulo seguinte, “Heranças e aprendizagens na transmissão da ordem política brasileira (1945-2002)”, a autora dá sequência à análise de quem são os indivíduos que estavam ocupando o espaço de poder político no Brasil, do conhecimento que os produziu, dos procedimentos de recrutamento e das chances oferecidas aos pretendentes. Novamente, Minas Gerais e São Paulo são tomados como colégios eleitorais estratégicos, tanto pelo elevado número de votantes quanto pela representação no Congresso Nacional. O capítulo inclui ainda a análise biográfica de quatro técnicos-políticos que atuaram nos governos responsáveis pelos planos Cruzado e Real. Assim, o terceiro e o quarto capítulos fazem parte de uma pesquisa mais ampla em que Letícia Canêdo se propôs a articular, de maneira metódica e sistemática, os cargos políticos, os laços familiares, as redes de sociabilidade e a formação escolar desses atores, com o propósito de construir uma análise aprofundada das práticas que orientam suas ações no campo político.

Para Canêdo, há uma distinção entre os dois grupos no que diz respeito à formação política: enquanto os mineiros seguiram uma tradição burocrática, galgando postos estratégicos na administração pública antes de ingressarem no parlamento, os paulistas, salvo raras exceções, não contaram com a mesma preparação institucionalizada. Essa relação entre herança política e socialização se estende ao aprendizado escolar. Nos internatos frequentados pelos políticos mineiros, a escola não se restringia à transmissão de conteúdos formais, mas funcionava como um espaço de gestão e acumulação de capitais, tanto social quanto político. Era nesse ambiente que, por meio da convivência e da lealdade ao grupo, os futuros políticos construíam suas personalidades e formavam redes duráveis de relações. Em contrapartida, a trajetória escolar dos políticos paulistas revela uma socialização distinta, marcada pela ausência de vínculos sólidos entre os colegas, o que deslocava a formação das competências políticas para outros espaços, como as organizações sindicais patronais, o movimento estudantil, os movimentos populistas e os escritórios de advocacia.

O que a autora evidencia, portanto, é que a profissionalização política, em ambos os casos, não pode ser dissociada do trabalho coletivo articulado em redes. Mesmo trajetórias como a do presidente Lula, que não contou com uma tradição familiar de políticos nem com a mediação de uma educação escolar formalizada, demonstram que o acúmulo de

capital político, ainda que forjado nos movimentos sindicais e operários, é decisivo para viabilizar o ingresso e a ascensão no campo político.

Prolongando a reflexão sobre esses atores que não provêm de uma tradição familiar política, mas que se aproximam desse campo sobretudo pela via da militância, os dois últimos capítulos se dedicam a analisar as “barreiras invisíveis de entrada” na carreira profissional na política, enfrentadas por estudantes de origem social e intelectual bastante distinta daquela dos herdeiros políticos. Efetivamente, “Herdeiros, militantes, cientistas políticos: socialização e politização dos grupos dirigentes no Brasil (1964-2010)” e “A Fundação Ford e institucionalização da Ciência Política no Brasil” apresentam uma discussão sobre trajetórias políticas trilhadas fora do circuito das grandes famílias tradicionais, destacando outros caminhos de inserção e construção de capital político. Nesse sentido, o quinto capítulo dedica-se a comparar as formas de socialização política entre herdeiros e militantes, evidenciando como estes últimos constroem um capital político próprio, baseado na militância, em contraste com os recursos simbólicos e materiais herdados pelos primeiros. A autora destaca ainda as diferentes estratégias de aprendizado político: enquanto os herdeiros se beneficiam de uma trajetória ancorada na tradição familiar e nas redes de prestígio, os militantes precisam desenvolver competências no embate direto com o campo político, passando por espaços de formação como movimentos sindicais, organizações estudantis e experiências acadêmicas, inclusive no exterior.

Nesse ponto em que as discussões sobre a formação acadêmica e as conexões internacionais se entrelaçam, Canêdo volta-se, no sexto e último capítulo, à análise do papel da Fundação Ford no processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil, com especial atenção à década de 1960. A autora examina como a Fundação articulou sua atuação junto a jovens intelectuais, em particular os de Minas Gerais, mediada por dois *program officers*, em um contexto de disputa por espaços de formação e reconhecimento acadêmico e de reestruturação do campo político brasileiro após o golpe civil-militar de 1964. Dessa maneira, tem-se que a Fundação buscou influenciar o campo da Ciência Política numa direção coerente com sua ambição internacional, tentando substituir abordagens tradicionais pelos estudos comparativos das formas de governo e de comportamento político. Canêdo buscou compreender, portanto, a estratégia da Fundação Ford e de seus funcionários no recrutamento de grupos sociais específicos em países onde

pretendiam intervir, relacionando organizações familiares, educação escolar, cursos superiores e bolsas de estudos com as carreiras e investimentos profissionais realizados.

O livro de Letícia Canêdo apresenta uma análise densa e multifacetada sobre a transmissão familiar do poder político no Brasil, com especial atenção às elites mineiras, ao articular vivências pessoais com uma investigação sociológica rigorosa. A obra evidencia que a transmissão do poder político não se dá automaticamente, pois mesmo o herdeiro é apropriado pelas redes familiares, em um processo que exige preparação, predisposição e, sobretudo, o aprendizado das normas e formas de sociabilidade tanto no âmbito familiar quanto no político. Esse percurso implica práticas internas fundamentais para a manutenção dos laços de parentesco, indispensáveis à mobilização e à acumulação do capital político, sobretudo por meio de cerimônias familiares. Simultaneamente, Canêdo destaca a capacidade dos atores dominados de subverter as regras que os excluem, mobilizando estratégias escolares e experiências de militância política como formas de acesso e permanência no campo político.

A autora nos convida, dessa forma, a olhar esses cenários por meio da sócio-história da política, abordagem cuja metodologia foi se delineando gradualmente a partir de três dimensões: a sociológica, com suas técnicas e conceitos; a antropológica, com suas análises descritivas; e a histórica, com suas perspectivas. É nesse quadro analítico que Canêdo aprofunda a análise do campo do poder, voltando-se para as descrições das experiências concretas em que se manifestam as formas de transmissão do poder e as lutas por sua manutenção dentro desses grupos. Paralelamente, a autora ressalta que o olhar do historiador — e não apenas o dele — sobre o passado é inevitavelmente atravessado por sua própria experiência vivida. Como observa Bourdieu (2003, *apud* Canêdo, 2024, p. 67), “[...] l'on connaît de mieux en mieux le monde à mesure qu'on se connaît mieux”², o que não implica a ausência de rigor científico na pesquisa. Ao contrário, essa consciência evidencia que o passado se mantém onipresente, inclusive nas investigações acadêmicas que se propõem a tratá-lo com objetividade.

² “[...] conhecemos o mundo cada vez melhor à medida que nos conhecemos melhor” (tradução livre da autora).

Referências

CANÊDO, L. B. *Transmissão familiar do poder político*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2024.

PEQUENO, W. A. *Raízes mineiras e cearenses*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.